

## Relatório de Iniciativa

<b>Iniciativa</b>	Mutirão Prisional
<b>Datas</b>	10 a 21 de março de 2014
<b>Locais</b>	Porto Alegre - RS
<b>Unidades</b>	Presídio Central de Porto Alegre

### I – Deslocamento

1. No dia 19.03.2014 houve o deslocamento, via aérea, com destino a Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, onde está localizado o Presídio Central, objeto do mutirão carcerário de iniciativa do CNMP e do CNJ.

### II – Desenvolvimento da iniciativa

1. O desenvolvimento das atividades referentes a esta iniciativa da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) se pauta, também, na exposição das preocupações e objetivos do **Programa Segurança Sem Violência**.

O **Programa Segurança Sem Violência**, protagonizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), envolve o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria da Reforma do Judiciário (MJ/SRJ), o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Segurança Pública e Administração Penitenciária (CONSEJE), o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

São objetivos e preocupações do **Programa Segurança Sem Violência** os seguintes temas centrais:

- a – Construção e melhoria das condições carcerárias;
- b – Implementação de medidas alternativas às penas privativas de



liberdade;

c – Assistência jurídica aos réus presos provisórios ou definitivos e agilização da tramitação dos processos penais com réus presos provisórios ou definitivos;

d – Mecanismos de remição de pena com inserção social e mobilização da sociedade civil na ressocialização dos presos;

e – Incentivos fiscais ou compensações aos entes federados onde será localizado o estabelecimento penal;

f – Capacitação de gestores públicos e agentes penitenciários.

Nesta linha, portanto, desenvolveram-se as atividades a seguir referidas, suas conclusões e providências adotadas.

2. No dia 19.03.2014 a Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), representada pelo Membro Auxiliar Paulo Taubemblatt e pelo Membro Colaborador Henrique Nogueira Macedo, promoveu as atividades abaixo mencionadas.

3. **Ministério Público Estadual:** Reunião com os Exmos. Promotores de Justiça, Gilmar Bortolotto e Luciano Pretto, lotados na Promotoria de Execução Penal, com o objetivo de colher dados acerca da situação vivenciada no Presídio Central de Porto Alegre. Houve a exposição por parte da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) dos objetivos dos trabalhos ora desenvolvidos.

Ainda nesta reunião, houve exposição por parte do Ministério Público Estadual do tratamento dispensado ao sistema prisional e a exposição das dificuldades enfrentadas no trabalho cotidiano junto ao Presídio Central de Porto Alegre. Alguns dados expostos pelos Promotores merecem particular registro: internamente, nas galerias do Presídio Central, o controle cabe aos presos, em particular às lideranças das organizações criminosas; para evitar que sejam consumadas ameaças de morte a detentos, é preciso manter contato com as lideranças dos presos; o primeiro pedido de intervenção no

Presídio Central ocorreu há cerca de vinte anos; a capacidade do Presídio Central é de cerca de 2.000 presos, mas sua população atual gira em torno de 4.500 detentos. Informaram que o Estado do Rio Grande do Sul se comprometeu a retirar todos os presos até o final de 2014 e que há a elaboração de um TAC sendo gestado para concretizar este objetivo. Informaram ainda que não há qualquer atraso na atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul no que concerne à atuação nos procedimentos judiciais de execução penal.

#### 4. **Presídio Central de Porto Alegre e Poder Judiciário do Rio Grande**

**do Sul:** A Comissão do Sistema Prisional visitou o Presídio Central onde foi recebida pelo Diretor Oswalvo Luis Machado da Silva, Tenente Coronel da Brigada Militar. Foi realizada reunião que contou com a presença do Exmo. Juiz de Direito, com a atuação nas Varas de Execuções Penais e responsável pela fiscalização no Presídio Central, Sidnei José Brzuska. Recebemos a informação oficial de que a capacidade do Presídio é de 2.069 presos e que a população no dia da visita era de 4.348 detentos, entre presos provisórios e condenados. A estrutura do presídio, construído em 1959, e o excesso de população são os grandes problemas enfrentados pela administração.

A presença da Brigada Militar no Comando do Presídio atende a uma necessidade provisória que teve início há 18 anos. Tal situação não é do agrado da Instituição Policial, mas vem se arrastando ao longo do tempo ainda sem solução. O Estado do Rio Grande do Sul necessita da contratação de cerca de 3.300 agentes penitenciários para fazer frente à uma população carcerária que gira em torno de 29.000 presos e abrir mão da utilização dos "Brigadistas" na administração penitenciária.

O representante do Poder Judiciário, Dr. Sidnei José Brzuska, externou sua preocupação com o Presídio e confirmou que não há atrasos na prestação jurisdicional no tocante aos direitos dos presos definitivos e provisórios.



De fato, quando a Comissão do Sistema Prisional fez uma visita às galerias, não houve qualquer reclamação dos presos – muito comum em Penitenciárias – no tocante ao andamento dos respectivos processos e dos direitos a serem reconhecidos. A pronta atuação jurisdicional, aliada a um perfil bastante liberal do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, contribui para que a situação no Presídio Central se mantenha sob relativo controle.

5. No dia 20 de março de 2014, o Membro Auxiliar Paulo Taubemblatt e o Membro Colaborador Henrique Nogueira Macedo realizaram as seguintes reuniões e atividades:

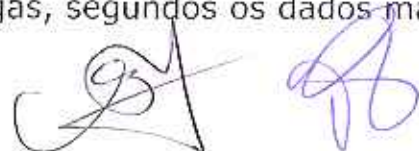
6. **Poder Executivo Estadual:** Reunião com o Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Airton Aloisio Michels, a qual contou com a presença dos Promotores de Justiça de Execução Criminal da Capital, Sandra Goldman Ruwel, Gilmar Bortolotto e Luciano Pretto. Durante o encontro, que ocorreu na sede da Secretaria de Segurança Pública, o Secretário Airton Michels assumiu o compromisso de até julho de 2014 remover 1.050 presos do Presídio Central de Porto Alegre. Ainda durante o encontro, o Secretário apresentou um cronograma com as perspectivas de conclusão das obras de sete penitenciárias gaúchas, que somariam mais 4.530 vagas no regime fechado.

7. A Penitenciária Estadual de Venâncio Aires, com 300 vagas, tem previsão de término em maio. Já as Penitenciárias moduladas de Charqueadas e Montenegro devem ficar prontas em julho, com 250 e 500 vagas, respectivamente. Em agosto, está prevista a conclusão da Penitenciária Estadual de Canoas 1, que poderá abrigar 393 presos. Em novembro a Penitenciária Estadual de Guaíba 1 deve ser concluída, com capacidade para 672 presos, e em dezembro devem ficar prontas 2.415 vagas no Complexo Penitenciário de Canoas. A expectativa da Comissão de Execução Criminal do Ministério Público do Rio Grande do Sul é de moderado otimismo com o efetivo cumprimento das promessas assumidas, uma vez que a situação do Presídio Central impacta muito no cumprimento das penas, bem como na segurança

pública.

8. O Secretário de Segurança Pública também afirmou que não pretende ser signatário de Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado com o Ministério Público, porque esvaziar o Presídio Central é um compromisso de sua Secretaria e do Governo que representa. Por fim, informou que 1200 agentes penitenciários estão em processo de nomeação e contratação através de concurso público, devendo iniciar em breve as atividades de treinamento e gestão para posterior alocação junto ao sistema penitenciário do Estado.

9. **Procuradoria Geral de Justiça:** Após a reunião com o Secretário de Segurança Pública, os representantes da Comissão do Sistema Prisional foram recebidos pelo Exmo. Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, onde houve reunião que contou com as presenças dos seguintes Subprocuradores Gerais de Justiça; para Assuntos Jurídicos, Ivory Coelho Neto, e para Assuntos Institucionais, Marcelo Dornelles, além do Corregedor Geral, Ruben Abruzzi. Dessa reunião também participaram os Promotores que estiveram no Presídio Central, Sandra Goldman Ruwel, Gilmar Bertolotto e Luciano Pretto, e as Promotoras de Justiça de Execuções Criminais, Ana Lúcia Cioccarí Azevedo, Débora Balzan, Jaqueline Marques da Luz e Luciana Moraes Dias. Na oportunidade os colegas da Promotoria de Justiça de Execuções Criminais mencionaram a existência da Ação Civil Pública nº 001/1.07.028.3822-9, cujo objetivo era proporcionar decisão judicial que determinasse a geração e implementação do número de vagas necessárias para o recolhimento dos presos nos regimes fechado, semiaberto e aberto. A ação, embora vitoriosa no âmbito do poder Judiciário, não teve sua sentença cumprida pelo Poder Executivo. Para pressionar o Estado do Rio Grande do Sul a cumprir a decisão, em 28 de fevereiro de 2014, o Ministério Público/RS ingressou com a execução da multa gerada pelo não cumprimento da obrigação de fazer imposta ao Estado. A Ação de Execução por Quantia Certa visa a cobrança da multa imposta no valor de R\$ 23.869.194,60. O mapa carcerário do Estado aponta uma população de 28.223 presos, para 22.407 vagas, segundos os dados mais



recentes.

### III – Conclusão:

1. Não se constatou, especificamente durante o desenvolvimento desta iniciativa, inércia ou qualquer apontamento inadequado acerca da atuação do Ministério Público, com atribuições para a execução penal no Estado do Rio Grande do Sul. Pelo contrário, como frisado neste Relatório, a atuação de maneira eficiente nos procedimentos judiciais de execução, bem como nos processos de conhecimento, faz com que o preso/sentenciado/condenado, não sinta a angústia, que é tão comum no sistema carcerário nacional, de não ter reconhecidos seus direitos.

Anota-se também que as reuniões e a visita ao Presídio Central de Porto Alegre referidos neste Relatório frutificaram com a aproximação institucional entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Ministério Público do Rio Grande do Sul, o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, além do Poder Executivo Estadual.

Cumprе fazer constar que a Promotoria de Execuções Criminais em Porto Alegre/RS é bem aquinhoadа em número de colegas, que totalizam oito, fazendo divisão de atuação entre os que atuam na Fiscalização da Gestão do Presídio, nos Procedimentos Processuais e na Tutela Coletiva. O bom trabalho executado no âmbito do Ministério Público é em boa parte responsável pela relativa calma no sistema prisional do Estado.

Diante do exposto, **conclui-se** este Relatório sugerindo que seja instaurado Procedimento Interno de Comissão (PIC) visando a acompanhar o calendário proposto pelo Doutor Airton Aloisio Michels, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul,

mantendo-se troca de informações com os Promotores de Justiça do Estado, para que fiscalizem a efetividade no cumprimento da política pública que determina a criação de novos estabelecimentos prisionais e desativação do Presídio Central em Porto Alegre, bem como acompanhe a criação de vagas, a abertura de editais, a nomeação e o efetivo provimento de agentes penitenciários no Rio Grande do Sul, a fim de evitar a expansão da custódia pela Brigada Militar nos novos estabelecimentos prisionais.

Brasília-DF, 26 de março de 2014.



**PAULO TAUBEMBLATT**  
Membro Auxiliar do CNMP  
Procurador da República/SP



**HENRIQUE NOGUEIRA MACEDO**  
Membro Colaborador do CNMP  
Promotor da Justiça/MG

**Decisão:**

**Aprovo** este Relatório de Iniciativa e **determino** à Secretaria da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) que cumpra a<sub>(s)</sub> conclusão<sub>(ões)</sub> acima, solicitando-se informações na forma do<sub>(s)</sub> despacho<sub>(s)</sub> de instauração do<sub>(s)</sub> respectivo<sub>(s)</sub> Procedimento<sub>(s)</sub> Interno<sub>(s)</sub> de Comissão (PIC).



**ALEXANDRE BERZOSA SALIBA**  
Conselheiro do CNMP  
Presidente da Comissão



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

**CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA SITUAÇÃO DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE,  
EM FACE DA MEDIDA CAUTELAR 8-13, ORIUNDA DA COMISSÃO INTERAMERICANA  
DE DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**

Preliminarmente, tão logo tomou conhecimento da edição da Resolução Nº. 014 - Medida Cautelar nº. 8-13, proferida na medida cautelar antes mencionada, o Governo Estadual emitiu nota de esclarecimento do seguinte teor:

*"Nota sobre a situação do Presídio Central – Porto Alegre, 03 de janeiro de 2014".*

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria da Segurança Pública (SSP), considerando as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), compartilha das mesmas preocupações com relação à situação do Presídio Central do Porto Alegre. Desde o início da atual gestão, o governo trabalha para resolver esse problema histórico. O Presídio Central, com capacidade para 2.069 presos, hoje tem 4.470 detentos.

Acabar com a superlotação da casa prisional é uma das principais metas do Governo. De 2011 até 2013, foram ocupadas 1.581 novas vagas no regime fechado. Até o final de março deste ano, serão disponibilizadas as 500 novas vagas da Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro. Ao todo, na atual gestão, serão criadas 6.340 novas vagas em regime fechado. Com relação à integridade dos internos do Presídio Central, o trabalho do Governo do Estado já apresentou resultado efetivo: entre 2011 e 2013 não houve nenhum homicídio no estabelecimento. No mesmo período, o número de mortes decorrentes de problemas de saúde foram 15, contra 47 entre 2008 e 2010.

O número de óbitos ainda é considerado elevado e o objetivo do Governo é, com o fim gradual da superlotação, preservar ainda mais vidas. Há uma equipe formada por 37 profissionais de saúde, de diversas especialidades, que atende 24 horas.

Sobre a prevenção de incêndios, foram instalados hidrantes em toda a área do presídio e extintores em pontos estratégicos. O local ainda conta com uma brigada de combate a incêndio.

A mobilização de entidades em prol da garantia dos direitos básicos dos detentos é louvada pelo Governo. A situação do Presídio Central de Porto Alegre será resolvida até o final de 2014."

Novas vagas prisionais em regime fechado em 2014:

Local	Número de vagas	Previsão de ocupação
Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro	500	<del>Março/2014</del> <b>Julho/14</b>
Penitenciária Estadual de Venâncio Aires	529	Abril/2014
Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas	250	Julho/2014
Penitenciária Estadual de Canoas I	393	Setembro/2014
Penitenciária Estadual de Guaíba	672	Novembro/2014
Penitenciária Estadual de Canoas II, III, IV	2.415	Dezembro/2014
<b>Total</b>	<b>4.759</b>	<b>Dezembro/2014</b>



A nota em questão teve por objetivo mostrar à sociedade a disposição do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, desde o início da atual gestão, em dar uma nova destinação ao Presídio Central de Porto Alegre.

Ressalte-se que o atual Governo do Estado, além de dar nova destinação ao Presídio Central, está buscando qualificar todo o sistema prisional. Assim, tem ainda em conveniamento com o DEPEM/MJ, ou contratação (CRS), entre outras, as seguintes casas prisionais:

- a) Geração de 351 vagas no Centro de Reinserção Social – CRS (modelo pioneiro de casa prisional, com atendimento multidisciplinar, para o tratamento penal de presos de baixa periculosidade);
- b) Geração de 286 vagas na Penitenciária Feminina de Rio Grande;
- c) Geração de 286 vagas na Penitenciária Feminina de Passo Fundo;
- d) Geração de 286 vagas na Penitenciária Mista de Alegrete;
- e) Ampliação das instalações da Penitenciária Masculina de Rio Grande, total de 286 vagas;

As medidas referidas, por sua vez, totalizarão 6.254 vagas.

Por outro lado, esclarecemos que, em duas oportunidades, 21/03/2013 e 17/10/2013, também em face da já mencionada medida cautelar, o Estado brasileiro prestou esclarecimentos ao aludido órgão internacional.

Pois bem, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, na Medida Cautelar nº. 8-13, solicitou que o Estado brasileiro tomasse as seguintes medidas:

*a) adote as medidas necessárias para salvaguardar a vida e a integridade pessoal dos internos do Presídio Central de Porto Alegre;*

*b) assegure condições de higiene no recinto e proporcione tratamentos médicos adequados para os internos, de acordo com as patologias que estes apresentem;*

*c) implemente medidas afim de recuperar o controle de segurança em todas as áreas do PCPA, seguindo os padrões internacionais de direitos humanos e resguardando a vida e integridade pessoal de todos os internos e, em particular, garantindo que sejam os agentes das forças de segurança do Estado os encarregados das funções de segurança interna e assegurando que não sejam conferidas funções disciplinares, de controle ou de segurança aos internos;*

*d) implemente um plano de contingência e disponibilize extintores de incêndio e outras ferramentas necessárias;*

*e) tome ações imediatas para reduzir substancialmente a lotação no interior do PCPA.*

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que recebe com respeito e serenidade as solicitações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entende que a questão central para a solução das preocupações do organismo internacional é a implementação de medidas para reduzir a população carcerária do Presídio Central (letra "e").

Para tanto, o Governo apresenta o Plano Geral de Geração de Vagas:

	ESTABELECIMENTO PRISIONAL	PROCESSO CONTRATO CEF	PRAZO EXECUÇÃO O OBRA (Contrato original)	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO APARELHAMENTO E OCUPAÇÃO	VAGAS	OBSERVAÇÕES
Presídio Central de Porto Alegre 1ª etapa (1.672 vagas)	PE Arrol dos Ratos	001573-12.02/09-9	18 meses	R\$ 23.232.677,64	agosto/2012	672	OBRA CONCLUÍDA E OCUPADA.
	PME Charqueadas	004024-12.02/09-3	06 meses	R\$ 8.643.256,41	julho/2014	500	OBRA CONCLUÍDA E PARCIALMENTE OCUPADA (250 vagas).
	PME Montenegro	004025-12.02/09-6	06 meses	R\$ 9.723.791,11	abril/2014	500	OBRA CONCLUÍDA E NÃO OCUPADA.
<b>Sub-total</b>						<b>1.672</b>	
Presídio Central de Porto Alegre 2ª Etapa (até 2014) (3.780 vagas)	PE Venâncio Aires	007916-12.02/12-2	08 meses	R\$ 21.611.924,56	abril/2014	300	OBRA 99% EXECUTADA. Este estabelecimento prisional gerará 529 vagas, sendo 300 destinadas ao PCPA e 229 à 8ª DPR.
	PE Canoas I	004783-12.02/12-9	09 meses	R\$ 17.997.307,25	agosto/2014	393	OBRA EM ANDAMENTO, 43% executada.
	Complexo Prisional de Canoas	007484-12.02/13-7	06 meses	R\$ 98.653.134,50	novembro/2014	2.415	Contratação de empresa efetivada e em tramites do licenciamento junto ao município.
	PE Guaíba I	003509-12.02/08-9 236.769-73/2007	12 meses	R\$ 19.489.323,19	novembro/2014	672	OBRA EM ANDAMENTO, 50% executada. Convênio com o Ministério da Justiça.
<b>Sub-total</b>						<b>3.780</b>	
Presídio Central 3ª Etapa (em 2015) (351 vagas)	CRS Canoas		10 meses	R\$ 12.000.000,00	fevereiro/2015	351	Em elaboração dos projetos e orçamento (terceirização-Processo nº 011553-12.02/12-1). Contratada: RS Projetos Ltda.
<b>Sub-total</b>						<b>351</b>	
Estabelecimentos Regime Fechado (2.474 vagas)	PE Santa Maria	001142-12.02/09-11	08 meses	R\$ 9.771.544,04	junho/2012	430	OBRA CONCLUÍDA E OCUPADA.
	PE Venâncio Aires	007916-12.02/12-2			março/2014	229	OBRA 99% EXECUTADA. Este estabelecimento prisional gerará 529 vagas, sendo 300 destinadas ao PCPA e 229 à 8ª DPR.
	CRS Guaíba		10 meses	R\$ 12.000.000,00	outubro/2015	351	Aguardando dotação orçamentária.
	PE Passo Fundo		10 meses	R\$ 27.000.000,00	agosto/2015	320	Aguardando a elaboração dos projetos para licitar.
	CP Feminina Passo Fundo		12 meses	R\$ 15.026.708,76	agosto/2015	286	Convênio com o Ministério da Justiça/DEPEN. Contrato de repasse nº: 0397.760-81/2012
	CP Feminina Rio Grande		12 meses	R\$ 13.220.011,75	agosto/2015	286	Convênio com o Ministério da Justiça/DEPEN. Contrato de repasse nº: 0397.759-53/2012
	CP Rio Grande (São Leopoldo)		12 meses	R\$ 16.000.000,00	agosto/2015	286	Convênio com o Ministério da Justiça/DEPEN. O local inicial deste objeto era no município de São Leopoldo e devida a negação por parte do município foi substituído pelo município de Rio Grande. Contrato de repasse nº: 0264.734-35/2008
	CP Alegrete		12 meses	R\$ 13.476.573,38	agosto/2015	286	Convênio com o Ministério da Justiça/DEPEN. Contrato de repasse nº: 0397.758-48/2012
<b>Sub-total</b>						<b>2.474</b>	
Estabelecimentos Regime Semi-aberto (636 vagas)	IP na PEJ	005540-12.02/08-8		R\$ 1.139.377,13	abril/2012	108	OBRA CONCLUÍDA E OCUPADA.
	IP Bagé	007509-12.02/08-8	06 meses	R\$ 980.000,00		108	OBRA EM ANDAMENTO, 52% executada.
	Anexo ao IP Novo Hamburgo	000486-12.02/13-1	04 meses	R\$ 1.065.370,05		150	Contrato assinado, aguardando o início efetivo da obra.
	IP Feminino de POA - prédio inacabado	007587-12.02/12-5	06 meses	R\$ 1.409.207,45		120	Aguardando atualização da planilha orçamentária para a pos alocar recursos.
	IP Imão Miguel Dario	011181-12.02/10-2	03 meses	R\$ 760.158,94		150	Aguardando atualização da planilha orçamentária para a pos alocar recursos.
<b>Sub-total</b>						<b>636</b>	

Obs: Datas que diferem da nota oficial de fls.01 ocorreram por nova avaliação, sendo as desse quadro as previsões na presente data.

Das vagas geradas em tal Plano, serão destinadas à desocupação do Presídio Central as constantes no quadro abaixo:

VAGAS A SEREM GERADAS PARA DESOCUPAÇÃO DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE – PCPA									
	ITEM	ESTABELECIMENTO PRISIONAL Recurso	RECURSO	PROCESSO CONTRATO CEF	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO TÉRMINO DA OBRA	PREVISÃO APARELHAMENTO E OCUPAÇÃO	VAGAS REGIME FECHADO	OBSERVAÇÕES
Vagas geradas até dez/2014 4.530	1	PME Charqueadas	ESTADO/ BNDES	4024-12.02/ 09-3	8.843.256,41	outubro/12	julho/14	250	OBRA CONCLUÍDA E PARCIALMENTE OCUPADA (250 vagas).
	2	PME Montenegro	ESTADO/ BNDES	4025-12.02/ 09-6	9.422.519,03	junho/12	abril/14	500	OBRA CONCLUÍDA E NÃO OCUPADA.
	3	PE Venâncio Aires	PROREDES	7916-12.02/ 12-2	21.611.924,66	novembro/13	abril/14	300	OBRA 99% EXECUTADA. Este estabelecimento prisional gerará 529 vagas, sendo 300 destinadas ao PCPA e 229 à 8ª DPR.
	4	PE Canoas I	PROIN- VESTE	4783-12.02/ 12-9	17.997.307,25	junho/14	agosto/14	393	OBRA EM ANDAMENTO, 43% executada.
	5	Complexo de Canoas		7484-12.02/ 13-7	98.663.134,50	setembro/14	novembro/14	2.415	Contratação da empresa efetivada e em trâmite de licenciamento junto ao município.
	6	PE Guaíba I	ESTADO/ UNIÃO	3589-12.02/ 08-9 e 236.769-73/ 2007	19.489.323,19	setembro/14	novembro/14	672	OBRA EM ANDAMENTO, 50% executada. Convênio com o Ministério da Justiça.
								4.530	
Vagas geradas em 2015 351	1	CRS Canoas	PROINVESTE		12.000.000,00	dezembro/14	fevereiro/15	351	Em elaboração dos projetos e orçamento (lanceirização - processo nº. 011553-12.02/12-1). Contratada: RS Projetos Ltda.
Sub-total								351	

188.027.464,94

TOTAL GERAL

4.881

Já no que tange à recomendação da salvaguarda da vida e integridade pessoal dos internos do Presídio Central de Porto Alegre (letra "a" da Medida Cautelar) temos a considerar que, entre os anos de 2011 e 2013, em comparação com os anos de 2008 à 2010, em face das providências tomadas pelo atual Governo, houve redução substancial nos índices de óbitos de presos no interior do Presídio Central, com a diminuição de 48 para 16 óbitos, conforme relação abaixo:

Nome	Data do óbito
Douglas Cunha Silveira	04/03/2011
Marcelo Dener Souza de Campos	10/06/2011
Lucas Mendes Honatel	17/09/2011
Paulo Renato Tavares	02/11/2011
Dagoberto dos Santos Lima	13/12/2011
Adriano de Lima	10/01/2012
Marcelo Araldi Schmitt	30/09/2012
Cleberson Geovani Silva da Silva	01/10/2012
João Carlos Candido da Rosa	15/10/2012
Cleiton Telles da Costa	19/03/2013
Carlos Eduardo Wolf dos Santos	10/05/2013
Altair Santos Mello	23/07/2013
André Garcia	28/07/2013
Paulo Roberto da Silva	14/09/2013
Juarez Correa dos Santos	17/09/2013
Paulo Jesus do Moraes	29/12/2013

Quanto a ocorrência de homicídios no Presídio Central, no período de 2011 à 2013 registramos que oficialmente não há nenhum registro. Temos, a bem da verdade, um único caso (Douglas Cunha Silveira), o qual está sendo apreciado pelo Poder Judiciário, onde há indícios fortes da ocorrência de homicídio. Saliente-se que se este caso for confirmado, em 03 (três) anos, registraremos apenas 01 (um) caso.

Notamos que, na informação enviada pelos petionários, há uma discrepância significativa em relação ao número de óbitos. Considerando que há um rígido controle sobre estes graves fatos por parte da administração penitenciária, e que entre os petionários se encontram associações de entes do Poder Público (notadamente AJURIS e AMPRS), as quais cabe, entre outras prerrogativas, processar, julgar e determinar penas a perpetradores de crimes, solicitamos que as organizações petionárias listem quais seriam estes óbitos a mais para que sejam tomadas as devidas providências - inclusive pelos entes petionários com responsabilidade de atuação nestes casos.

Duas importantes medidas estão sendo adotadas que se constituem em iniciativas que respondem, em grande parte, à medida apontada na alínea "a" da decisão objeto da resolução nº. 14, em sede da Medida Cautelar nº. 8-13, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A primeira medida que está por ser implementada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e que responde não somente à situação do Presídio Central de Porto Alegre, mas que virá em benefício de todo o sistema prisional do Estado é a criação do Mecanismo Estadual de Monitoramento, objeto do Expediente Administrativo SPI nº. 13393-1000/13-3, já em trâmite.

Trata-se de proposta de anteprojeto de lei elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado, em colaboração com a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos e que contou, ainda, com a contribuição do Comitê Estadual Contra a Tortura no Rio Grande do Sul, espaço com participação de diversos segmentos da sociedade civil e de órgãos do Estado.

A proposta confere estrutura e competência ampla ao mecanismo de prevenção à tortura, nos moldes previstos pelo Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a tortura, que atuará, também, junto aos estabelecimentos prisionais do Estado, além de visitas à instituição para adolescentes, albergues, instituições de acolhimento, hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas, dentre outros.

A segunda medida refere-se à Criação de Câmara Técnica do Sistema Prisional junto ao Gabinete de Gestão Integrada do Estado (GGIE). Esse Gabinete de Gestão se trata de um espaço de articulação interinstitucional que reúne representantes de todos os Poderes do Estado, órgãos ligados à temática da Segurança Pública, dentre os quais figuram alguns dos Peticionários, como Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual.

Pretende-se que nesse espaço específico da Câmara Técnica, a ser criado junto ao GGIE - e com a interlocução privilegiada que proporciona - se possam aprofundar e avançar os temas relacionados ao Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul, bem como contribuir no acompanhamento das ações relacionado às medidas cautelares fixadas pela CIDH.

Também cabe ressaltar o projeto de Lei nº. 346/2013, de autoria do Poder Executivo que tramita na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul que institui o Sistema Estadual de Ouvidoria do Poder Executivo, onde dentre outras medidas institui setorial de Ouvidoria Penitenciária.

**Relativamente às recomendações para sejam asseguradas à higiene no recinto prisional e saúde dos presos, constantes na letra "b" da medida cautelar nº. 8-13** preliminarmente informamos que O Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria Estadual da Saúde (SES), é pioneiro na implementação de uma rede de atenção à saúde no Sistema Prisional. Instituída em 2003, a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional é responsável pela promoção de ações integrais de saúde, unificar serviços preventivos, curativos e de reabilitação a esta população.

Com foco no controle e redução dos agravos mais frequentes em doenças infecto contagiosas (tuberculose e HIV/AIDS), atenção em saúde da mulher (ginecologia), saúde da criança (pediatria) saúde mental (psiquiatria), bem como atenção para o uso de crack, álcool e outras drogas, o Rio Grande do Sul vem incentivando a municipalização do serviço, através do financiamento de Equipes de Atenção Básica Prisional (EABp), para aqueles municípios que assumam a responsabilidade pela implantação de Unidades Básicas de Saúde Prisional (UBS – Prisional) nos mesmos moldes dos serviços de atenção básica oferecidos à saúde da população em geral.

As EABp são formadas por uma equipe multidisciplinar com médico, enfermeiro, psicólogo, assistente social, técnico de enfermagem, odontólogo e auxiliar de consultório dentário. Para cada equipe habilitada, o Estado garante um repasse mensal, calculado de acordo com o número de população privada de liberdade do município, para a manutenção das unidades e equipes (pagamento de pessoal, insumos e atenção farmacêutica básica). Da mesma forma, são repassados

incentivos para equipar, mobiliar e adequar a área física das UBS – Prisional, que variam entre R\$80.000,00 e R\$150.00,00.

Atualmente, o Estado conta com 22 EABp em atuação, lotadas em 18 Unidades Básicas de Saúde Prisional. Para o financiamento destas equipes foram repassados, no primeiro semestre de 2013, um total de R\$ 2.500.000,00. Somente para o custeio das equipes do Presídio Central de Porto Alegre (com 02 EABp e 01 UBS – Prisional) e do Presídio Feminino Madre Pelletier (com 01 EABp e 01 UBS – Prisional), o Estado repassa mensalmente o valor de R\$ 59.340,00 ao município de Porto Alegre. Além disso, o Estado dispõe através de convênio com o Hospital Vila Nova, em Porto Alegre, de 50 leitos adultos (clínicos ou cirúrgicos) e 18 leitos para desintoxicação na área de saúde mental, exclusivamente para atendimento da população prisional.

A ampliação da cobertura do serviço também é prioridade para a atual gestão. Somente no ano de 2013 o Estado realizou 39 visitas técnicas para a sensibilização de gestores municipais, com vistas à implantação de novas equipes e habilitação de UBS – Prisional. E, para 2014, estão previstas a realização de 30 novas visitas técnicas. Além disso, foi pactuada a criação da terceira EABp no Presídio Central de Porto Alegre.

Após conhecer a experiência do RS, o Governo Federal implementou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), instituída através de Portaria Interministerial publicada em 03 de janeiro de 2014, no Diário Oficial da União.

No caso em particular do Presídio Central o Estado, adota no atendimento ao apenado o Programa de Atenção Integral à Saúde Prisional que consiste além dos atendimentos previstos para as Unidades Básicas de Saúde Prisional a implantação de programas específicos:

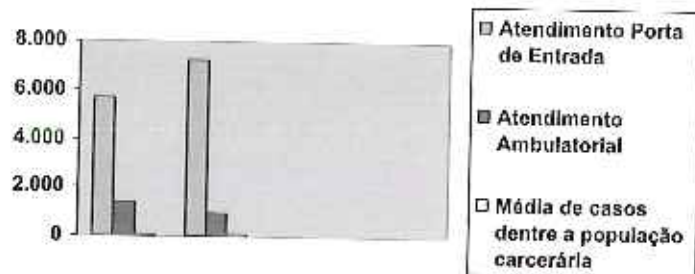
a) Programa de controle de tuberculose (Programa Porta de Entrada):

Todas as pessoas privadas de liberdade que ingressam no PCPA são avaliadas por meio de exames de RX e de pesquisa de Baar. A testagem é seguida pelo atendimento adequado.

O número de atendimento para tuberculose diminuiu de 1.425 em 2012 para 914 em 2013, demonstrando uma considerável diminuição dos pacientes com tuberculose em tratamento. Em 2012 tivemos em média 83 casos em tratamento e em 2013 a média diminuiu para 76 casos.

No mesmo período o número de atendimentos pelo Programa Porta de Entrada aumentou de 5.690 para 7.244. A partir destes dados cabe salientar que o Programa Porta de Entrada é efetivo na prevenção da tuberculose.

O PCPA conta com laboratório para controle da tuberculose, reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como a melhor experiência brasileira já desenvolvida nessa área. Este laboratório qualifica o Programa "Porta de Entrada", desenvolvido para prevenção e tratamento da tuberculose.



b) Programa de atenção à hepatite:

O paciente com histórico e/ou suspeita de hepatite passa por consulta médica para solicitação de exames específicos, realizando reconsulta ao receber os resultados desses exames. Se for o caso, são solicitados exames de biologia molecular (carga viral para hepatites e genotipagem) e é realizada a notificação à Vigilância Sanitária.

Os exames são encaminhados à referência municipal para análise e posteriormente os resultados são recebidos via e-mail.

O paciente é inserido no Sistema Aghos para gastro-hepatites. Posteriormente o paciente segue em acompanhamento ambulatorial no Serviço de Assistência Especializada (SAE) em hepatites do Hospital Presidente Vargas.

Verifica-se no quadro abaixo que em função da atenção dada a essa patologia tivemos diminuição dos casos em tratamento. A média de presos dentro o total da população carcerária com hepatite diminuiu de 33 para 27, do ano de 2012 para 2013.



c) Programa de controle ao HIV:

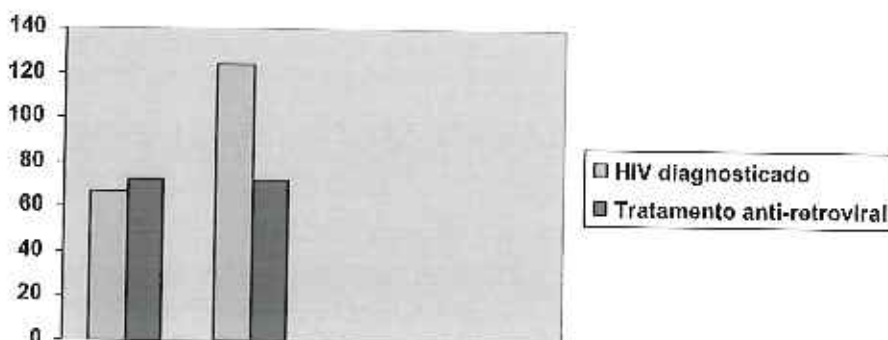
Os procedimentos atendem a Portaria MS 151/09. É oferecida uma primeira testagem para HIV. Quando a amostra coletada se apresenta reagente, é realizada uma consulta de enfermagem para fornecimento de resultados e aconselhamento pós teste. Após é realizada uma consulta médica para solicitação de exames de marcadores virológicos (CD4 e CV), seguida de coleta do material necessário, com reconsulta após o recebimento dos resultados dos exames.

Nos casos em que não há indicação médica de início de terapia anti-retroviral, o exame é arquivado no prontuário do paciente e são realizadas novas coletas trimestralmente. Nos casos em que há indicação médica de início de terapia, ocorre simultaneamente a consulta de enfermagem para dispensação de medicamentos anti-retrovirais, além de reforçar adesão ao tratamento proposto, de encaminhamento à nutricionista e de aprazamento de novas consultas.

O tratamento segue mediante dispensação de medicação anti-retroviral e exame mensal de marcadores virológicos.

A partir do ano de 2013 o Presídio Central passou a disponibilizar a todos presos a possibilidade do teste rápido de HIV. Possibilita, assim que a doença seja detectada de pronto, se constituindo numa importante ferramenta de prevenção e garantia de qualidade de vida com o tratamento adequado.

No ano de 2012 a média de presos dentre o total da população carcerária com HIV diagnosticado era de 67 e em 2013 passou para 124. Já os pacientes em tratamento anti-retroviral manteve a média de 72 casos.



d) Programa de atenção a usuários de álcool e outras drogas:

O programa Luz no Cárcere surgiu em maio de 2010, como proposta de tratamento voltado à questão da dependência química no sistema carcerário. A idéia partiu de uma parceria entre Ministério Público, Hospital Vila Nova, Susepe e Brigada Militar.

A participação e permanência no programa depende principalmente do desejo individual, dentro do número de vagas disponíveis (60). O próprio candidato pode solicitar a participação, mas também pode ser indicado por diversas áreas (segurança, psicologia, serviço social, médicos, visitantes) sempre que manifestar o desejo de participar. Os nomes dos candidatos são encaminhados para o Núcleo de Segurança e Disciplina. Posteriormente é realizado atendimento psicossocial e médico, a fim de verificar as condições clínicas e de oferecer ao candidato informações sobre o processo. A seguir é providenciada a internação no Hospital Vila Nova, em unidade com 18 leitos, especificamente destinada a receber pessoas privadas de liberdade usuárias de álcool, ou outras drogas, para desintoxicação. Esta internação dura 21 dias, durante os quais os profissionais de atenção psicossocial vinculados ao programa acionam os familiares do participante. Ao término da internação o participante retorna ao PCPA e é alojado na galeria E1, destinada a este programa. Durante sua estadia nessa galeria realiza coleta de urina periódica e sem aviso, para verificar a abstinência, que é condição para permanecer no programa. Os participantes recebem atendimento individual médico e psicossocial. Várias atividades são realizadas na galeria, tais como: grupo semanal com assistente social e psicólogo, reuniões do programa Amor Exigente, grupo espírita, atividades lúdicas, grupo Direito no Cárcere, etc. Além disso os profissionais de Psicologia e Serviço Social atendem as famílias dos participantes.

e) Atendimentos diversos:

No ano de 2012 foram realizados 116.493 atendimentos na área de saúde, sendo destes 62.468 atendimentos ambulatoriais, 11.758 atendimentos médicos (sem contar os específicos para



tuberculose) e 2.359 atendimentos odontológicos, dentre outros. No ano de 2013 foram realizados 136.682 atendimentos, sendo destes 48.536 atendimentos ambulatoriais; 10.252 atendimentos médicos e 3.174 atendimentos odontológicos, dentre outros. A diminuição nos atendimentos médicos pode ser devida, ao menos parcialmente, ao aumento nas ações preventivas apesar da diminuição na população (de 5.177 para 4.354 pessoas). No ano de 2012 foram aplicadas 1.419 vacinas, número que aumentou para 2.465 em 2013. Da mesma forma, o número de exames radiológicos aumentou de 6.828 em 2012 para 9.288 em 2013.

Objetivando estender as ações em saúde nas galerias do Presídio Central de Porto Alegre e assim contemplar toda a população privada de liberdade deste estabelecimento prisional, foram realizados mutirões em saúde, o primeiro sendo na data de 11/04/13, onde em 03 dias foram desenvolvidas atividades de triagem ambulatorial, diretamente nas galerias do PCPA, com a finalidade de identificar necessidades específicas como atendimentos médicos, enfermagem, nutricional, odontológico e psicológico. Em novembro de 2013, data do segundo mutirão, novamente atingiu-se toda população privada de liberdade, contemplando as mesmas necessidades abordadas no mutirão anterior.

O quadro abaixo exemplifica e demonstra o volume de atendimentos e atividades em algumas áreas da saúde:

Item	TOTAL 2012	TOTAL 2013
Atendimento Projeto Porta de Entrada (TBC)	5.690	7.244
Atendimento Médico (TBC)	1.226	788
Hepatite	713	328
Atendimento Médico (geral)	11.758	10.252
Laudos Médicos	1033	596
Consultas com Especialistas	1.310	893
Hospitalizações	482	503
Atendimento Odontológico	2.359	3.174
Vacinas	1.419	2.465
Atendimento Nutricionista	1.814	750
Farmácia	14.017	48.210
Atendimento de Psiquiatria	1.055	1.759
Radiologia	6.828	9.288
Atendimentos Ambulatoriais	62.468	48.536

f) Profissionais de saúde que atendem no Presídio Central de Porto Alegre:

Nome do profissional	Função	Carga Horária	Profissional do quadro da SUSEPE ou do Município de Porto Alegre
Vanusa dos Santos	Enfermeira	44 horas	Município
Keila Santos Antunes	Téc. Enfermagem	36 horas	Município
Thiago Costa da Silva	Téc. Enfermagem	36 horas	Município

Juceli Zinda	Téc. Enfermagem	36 horas	Município
Carla Letícia Prestes Oliveira	Téc. Enfermagem	36 horas	Município
Janaina dos Santos Marçal Cruz	Téc. Enfermagem	36 horas	Município
Felipe do Amaral Ávila	Téc. Enfermagem	36 horas	Município
Olinda Terezinha Hanel	Téc. Enfermagem	36 horas	Município
Peter Jacques Abadio	Téc. Enfermagem	36 horas	Município
Rejane da Silva Pereira	Téc. Enfermagem	36 horas	Município
Karino Antunes Dias	Téc. Enfermagem	36 horas	Município
Elenise Silveira de Oliveira	Téc. Enfermagem	36 horas	Município
Djalmir Catogari	Odontólogo	40 horas	Município
Luciana Stefani	Téc. Radiologia	20 horas	Município
Denilse Stefani Braga	Téc. Radiologia	20 horas	Município
Dirceu Beltrame Dalmolin	Médico	20 horas	Município
Jose Guilherme Silveira	Médico	20 horas	Município
Neivo Wildaner Brenner	Médico	20 horas	Município
Theomar Oscar Kasper	Médico	20 horas	Município
Alexandre Tavaros Frantz	Médico	20 horas	Município
Lintomar Antonio Possa	Médico	20 horas	Município
Cássio Castellari	Psiquiatra	20 horas	Município
Roberta Stefanello	Bioquímica	40 horas	SUSEPE
Elenita Majara Pinto Ferreira	Enfermeira	40 horas	SUSEPE
Gessi Soares de Oliveira	Téc. Enfermagem	40 horas	SUSEPE
Naira Regina Borri Duarte	Téc. Enfermagem	40 horas	SUSEPE
Regina Helena Martins Rigatti	Téc. Enfermagem	40 horas	SUSEPE
Everton Coletto Planta	Farmacêutico	40 horas	SUSEPE
Patricia Riyan	Nutricionista	40 horas	SUSEPE
Ary Barbaresco	Odontólogo	40 horas	SUSEPE
Cristian Molarinho Fagundes	Odontólogo	40 horas	SUSEPE
Caroline Warner	Odontólogo	40 horas	SUSEPE
Mara Borba Minotto	Assistente Social	40 horas	SUSEPE
Cristiana Maria de Meneses	Assistente Social	40 horas	SUSEPE
Silvia Iara Baldino	Psicóloga	40 horas	SUSEPE
Rose Andréia Somavila	Psicóloga	40 horas	SUSEPE
Clodoaldo Ortega Pinilla	Médico	20 horas	SUSEPE

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, 2013.

No que concerne à letra "C" da medida cautelar 8-13 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, reportamo-nos a anterior esclarecimento, do seguinte teor:

*"Os presos exercem inúmeras atividades internas de trabalho e nenhuma delas se enquadra ou substitui as funções de Estado".*

*"Nenhuma atividade operacional ou de circulação estão sob controle dos presos".*

*"O controle da movimentação dos presos que ultrapassam a área destinada a sua localização (galeria) se dá pelo controle de servidores públicos da Polícia Militar".*

A idade avançada da Casa Prisional, que data de 1959, bem como sua superlotação e concepção arquitetônica ultrapassada, logicamente trazem dificuldades no trabalho da individualização da pena. Contudo o Estado não negligenciou de suas atribuições, mesmo com as dificuldades apresentadas.

Esta é uma das razões de nos levou a desde o início do Governo a questão da focarmos na nova destinação ao Presídio Central até o fim de 2014.

Informamos, outrossim, que estamos em fase final de "abertura o edital de Concurso Público", para inclusão de novos 1.500 agentes penitenciários, com grade curricular com enfoque na formação voltada para os direitos humanos, conforme quadro abaixo.

	Disciplina	Carga Horária
Eixo 1 Administração Penitenciária	Gestão prisional	15
	Lei de execução penal	15
	Gramática e redação oficial	10
	Sistemas e programas de computador e telecomunicações	10
Eixo 2 Saúde e qualidade de vida	Primeiros socorros	15
	Saúde do trabalhador	15
	Prevenção e tratamento de doença infecciosa contagiosa (DTS/HIV/ tuberculose/hepatite)	10
	Saúde mental com ênfase na drogadição	15
Eixo 3 Segurança e disciplina	Rotinas e procedimentos operacionais	20
	Procedimentos disciplinares e sindicância	15
	Equipamentos de proteção e tiro defensivo	70
	Técnicas de imobilização, algemamento e revista	30
	Inteligência penitenciária	10
	Defesa pessoal	30
	Gerenciamentos de crise	15
Eixo 4 Relações Humanas e reinserção social	Psicologia das relações interpessoais	15
	Direitos humanos, ética e cidadania	15
	Gênero, etnia e sistema prisional	15
	Individualização da pena e inclusão social	15
	Justiça restaurativa e mediação de conflitos	15
	<b>TOTAL</b>	<b>370</b>

**Por fim, com relação à letra "d"** da já mencionada Medida Cautelar asseveramos que o Presídio Central dispõe de hidrantes com rede de mangueiras suficientes para o combate a incêndio e extintores instalados de combate ao fogo em pontos estratégicos permitindo a pronta intervenção no combate de sinistro.

Associado a essas medidas há 12 policiais militares do quadro de Corpo de Bombeiros que estão à frente da Brigada Interna de Combate a Incêndio do Estabelecimento.

Objetivando melhorar a capacidade de combate a sinistro estão em processo de aquisição (SPI 00460-12.02/14-0) 123 extintores de incêndio, depois da última informação prestada.

Salientamos que embora a centralidade das ações se fundamente na estratégia de dar nova destinação ao Presídio Central, até o final de 2014, em momento algum deixamos de buscar a reinserção social das pessoas privadas de liberdade bem o respeito aos seus direitos fundamentais e humanos.

Senhora Ministra Maria do Rosário. São estas as razões que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, relativamente à Medida Cautelar nº. 8-13, encaminha à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, para, estando Vossa Excelência de acordo, encaminhe à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014.

**Airton Aloisio Michels,**

Secretário Estadual de Segurança Pública, em exercício.